



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

***ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
VINTE DE ABRIL***

Acta nº 2/2023

No dia vinte do mês de abril de dois mil e vinte e três teve lugar a 2ª Sessão Ordinária de 2023, realizada na Sala D. Afonso Henriques no Convento São Francisco, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

- *Informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal*
- *Grupos Políticos*

2. Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Coimbra do exercício de 2022

Inventário Municipal

Aplicação dos Resultados

Certificação Legal de Contas

3. Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 2 de 2023 da Câmara Municipal de Coimbra

4. Relatório e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra do exercício de 2022

Aplicação dos Resultados

Certificação Legal de Contas

5. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

6. Relatório e Contas 2022 de AC, Águas de Coimbra, EM

7. Minuta de Contrato de Financiamento para a operação financiada pelo Portugal 2020 - POSEUR-01-1407-FC-000065 - “Promoção da eficiência energética na frota dos SMTUC - III”

8. Celebração de “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes”, com a CIM – Região de Coimbra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- 9. “Protocolo de Cooperação entre a CIM, MC e MM - Sistema de Mobilidade do Mondego” – a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM), Município de Coimbra (MC) e Metro-Mondego, S.A. (MM)**
- 10. Proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento e seleção de titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau - Chefe da Divisão de Compras e Logística – Aprovação do júri do procedimento**
- 11. Relatório de Execução e Plano de Calendarização de Janeiro a Março de 2023**
- 12. Autos de Transferências de Competências nas Freguesias/União das Freguesias – Atualização do valor de referência relativo à limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros**
- 13. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para 2023 a 2025 nas Freguesias/União de Freguesias, em matéria de Proteção Civil – Minuta do Contrato**
- 14. Processo de Instalação e Funcionamento de Espaços Cidadão – Apoio à União das Freguesias de São Martinho de Árvore e Lamarosa – Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências**
- 15. Feira Popular –União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas**
 - Apoio Municipal 2023**
 - Atribuição de apoio financeiro compensatório 2022**
- 16. Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição 2022**
- 17. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas**
- 18. Projecto final de Regulamento Municipal #CoimbraCityLab**
- 19. Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago – Proposta de adesão**
- 20. Proposta de procedimentos relativos à Edição de 2023 do Prémio Municipal de Arquitetura Diogo de Castilho**
- 21. Eleição de Representantes da Assembleia Municipal na CPCJ Coimbra**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presenças da Assembleia Municipal

Grupo Municipal do Partido Socialista (PS):

Eleitos diretos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Luís Silva, Tiago Bolhão, Juvenal Sousa, Rui Claro, Ramiro Santos, Elisabete Lemos, Jorge Fernandes, Arménio Ferraz, José Cortesão, Horácio Santiago.

Eleitos por inerência

Jaime Silva, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Diamantino Jorge, João Pimenta, Jorge Veloso, Horácio Costa.

Pedidos de suspensão de mandato:

Isabel Garcia foi substituída pelo eleito seguinte **Ramiro Santos**

Vítor Parola foi substituído pela eleita seguinte **Elisabete Lemos**

David Silva foi substituído pelo eleito seguinte Bruno Carvalho

Bruno Carvalho renunciou ao mandato em 18/04/2023.

Bruno Carvalho foi substituído pelo eleito seguinte **Arménio Ferraz**.

António Vilhena foi substituído pela eleita seguinte Margarida Branco

Margarida Branco foi substituída por **José Cortesão**

Isabel Janelas foi substituída por **Jorge Fernandes**

Maria Ângela Correia foi substituída pela eleita seguinte Mariana Queiroz

Mariana Queiroz foi substituída pelo eleito seguinte Paulo Carreiró

Paulo Carreiró foi substituído por **Horácio Santiago**

António Coelho foi substituído pelo substituto legal **Jaime Silva**

Grupo Municipal (PPD/PSD)

Eleitos diretos

Graça Oliveira, Martim Syder, Carlos Figueiredo, Susana Reis, Paulo Lopes, Teresa Gaspar.

Eleitos por Inerência

António Teodoro, José Simão, Diogo Fagundes, João Campos e Luís Correia

Pedidos de suspensão de mandato para a Sessão:

Lídia Pereira foi substituída pela eleita seguinte **Teresa Gaspar**

Francisco Rodeiro foi substituído pelo substituto legal **Diogo Fagundes**

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos diretos

Manuel Rocha, João Pinto Ângelo, Luísa Silva.

Eleitos por Inerência

Victor Carvalho e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Nós Cidadãos (NC):

Eleitos diretos

Lúcia Santos, Nunes da Silva, Rui Rodrigues e José Albino.

Eleitos por Inerência

Rui Soares



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Pedidos de suspensão de mandato para a Sessão:

Lara Martins foi substituída por Pedro Cunha que, por sua vez, foi substituído por **José Albino**.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos diretos

Helena Mendes, Margarida Pocinho, José Castro e Hugo Oliveira.

Pedidos de suspensão de mandato para a Sessão:

Jorge Almeida foi substituído por **Hugo Oliveira**.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos diretos

Graça Simões e João Malva.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Deputado Municipal do CH

Fernando Duque

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do nº 1 do artigo 13º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de abril de 2015 e nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara José Manuel Silva, estiveram presentes o Vice-Presidente, Francisco Veiga e os Vereadores, Carlos Lopes, Ana Oliveira, Miguel Fonseca, Francisco Queirós, Regina Bento, Carina Gomes, José Dias e Hernâni Caniço.

Mesa

Presidiu à sessão, o *Presidente da Assembleia Municipal*, Luís Marinho, secretariado por Graça Simões, *Primeira Secretária*, e Victor Carvalho, *Segundo Secretário*.

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

O *Presidente da Assembleia Municipal* iniciou a sessão quando eram catorze horas, encetando as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

Propôs que Victor Carvalho ocupasse o lugar de secretário da *Mesa*, face à ausência de Paulo Cardoso.

Verificou a existência de *quórum*, tendo, em consequência, submetido a Ordem de Trabalhos e respetiva adenda à apreciação da Assembleia, que foi *aprovada*, uma vez que não foram apresentadas objeções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) (áudio 00:36 a 13:56 minutos - 1ª gravação)

Referiu que em contexto de discussão de orçamento para 2023, o CpC tinha perguntado se a rubrica orçamental para o apoio aos concertos dos Coldplay “*estaria dissimulada numa das inúmeras rubricas não definidas*”, não obtendo resposta. Acrescentou que, na última sessão, tinham repetido a pergunta e tinham tido como resposta que o Executivo prescindia da Super Especial do Rali de Portugal e que sobre o apoio “*a seu tempo se veria*”.

Exigiu saber, em detalhe, todos os contornos que envolviam o uso de dinheiro público, incluindo com a promotora e a AAC-OAF e o protocolo apresentado tinha sido formalmente aprovado na reunião do executivo com a “*novíssima ação 14 enxertada artificialmente no orçamento*” aprovado anteriormente pela Assembleia.

Lembrou a necessidade de um novo plano de arborização e a proposta do CpC sobre os terrenos da Portela e do Rebolim, para que avançasse um concurso de ideias.

Atentou nos planos de alteração ao Alvará de Loteamento 305, em Montes Claros, sendo que as alterações projetadas criariam pressão urbanística adicional numa área em que se deveria privilegiar espaços verdes urbanos de qualidade. Avançou que o CpC, através dos seus eleitos à Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais tinha enviado, segunda vez, em fevereiro, perguntas para as quais não recebeu respostas.

Exultou o estatuto de Mata Nacional do Choupal, refúgio animal num ecossistema local riquíssimo que preserva a colónia de Milhafre Negro da Europa.

Reforçou a repetida proposta do CpC de criação de uma equipa de resgate e bem-estar animal. Assinalando a política de bem-estar animal como muito frágil instou em melhores condições para o Centro de Recolha Animal e a criação de uma Equipa de Socorro e Resgate Animal.

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Duque (CH) (áudio 14:13 a 16:12 minutos - 1ª gravação)

Pedi mais limpeza da Baixa de Coimbra, uma das entradas da cidade, com lixo comercial e doméstico, amontoado durante o dia, além do cheiro e da falta de lavagem do piso nesses locais. Advertiu que embora pudesse existir algum Ecoponto na Baixa de Coimbra, era difícil de encontrar, não servindo todo o comércio de restauração e bebidas bem como os habitantes da baixa de Coimbra. Reportou a recolha diferenciada de cartão e vidro, mas, no entanto, a recolha de plásticos, por sua vez, era feita juntamente com o lixo orgânico, por falta de pontos suficientes.

Salientou a importância da lavagem regular e desinfeção dos caixotes do lixo e substituição dos caixotes danificados.

Apontou a mobilidade da cidade como “*deficitária*” e o estacionamento na zona de Santa Clara irregular por não haver consequências, em contraste com a situação dos CHUC, ao invés, sem as devidas condições de estacionamento nas proximidades.

Alertou para o posicionamento de postes de sinalética e contentores do lixo, alguns colocados no meio dos passeios e para a utilização de esplanadas que ocupavam toda a área pedonal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Nunes da Silva (NC) [\(áudio 16:33 a 20:16 minutos - 1ª gravação\)](#)

Referiu que o problema da habitação não se revolve ao obrigar os proprietários a venderem os seus imóveis, quando o Estado tem centenas de edifícios subaproveitados, abandonados e degradados.

Lembrou que os Municípios precisavam de capacidade económica para reabilitar e adquirir imóveis, que no PRR esta previsto para o concelho de Coimbra o montante de 58.721.876 € para disponibilizar 303 habitações para arrendar a custos acessíveis, que na Bolsa Nacional de Alojamentos Temporário e Urgente há dois projetos prontos para serem efetivados. Relativamente ao 1º Direito, enunciou a reabilitação de 17 fogos no Planalto de Ingote, 30 fogos no Bairro do Ingote, 2 empreitadas a iniciar nos próximos dois meses e 5 projetos aguardam parecer positivo ou consulta prévia.

Instou na urgência da reabilitação e revitalização da Baixa de Coimbra, anunciando o investimento, por parte do Município, de 15 milhões de euros para esse fim. Parabenizou, por isso, o Executivo.

Afirmou que a marca Coimbra tinha já alguma importância, mas eram precisos eventos que beneficiassem o comércio, restaurantes, indústria hoteleira, transportes, e garantiu que os eventos meio vão ter um retorno exponencialmente maior do que o investimento.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU) [\(áudio 20:28 a 26:52 minutos - 1ª gravação\)](#)

Divulgou a exposição de obras de um artista islandês de renome mundial, sediada no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, por iniciativa da Bienal AnoZero.

Salientou que o Mosteiro é uma obra de arte que merece ser valorizada a favor de Coimbra, contrapondo, assim, a sua alienação por uma renda mensal ou por um hotel de luxo. Instou na importância de quem soube transformar um Mosteiro abandonado numa paragem obrigatória do roteiro artístico nacional, que merece ser um lugar de inclusão.

Relatou que, no âmbito dos encontros regulares que a CDU faz com a população, estiveram na Quinta da Maia, da Freguesia de Santo António dos Olivais, onde tinham sido anotadas a necessidade de criação de um Centro de Dia, de requalificar o espaço junto ao Café “O Cortiço”, de construir um percurso pedonal e arranjo paisagístico no espaço florestal que fica entre o referido Café e a Rua António Jardim, de arranjar as escadas que ligam a Rua António Jardim à Rua Bernardino Machado, degradadas, sem corrimão no seu troço médio, com dimensões não estão de acordo com o legalmente estabelecido. Assinalou, a propósito, que a intervenção estava prevista, mas as verbas (19.000€) destinada à obra foram reorientadas para a requalificação do edifício antigo da Junta onde funcionam os correios (nos termos da alteração a contrato interadministrativo de delegação de competências (03-03-2023), sob o fundamento de “*não haver uma premência imediata*”, foi anulada a obra com a designação de “Requalificação das escadas na Rua José Castilho – Quinta da Maia”.

Prossiguiu na Rua José Castilho e Rua Dom Luís da Cunha, onde a instalação de fibra ótica tinha resultado em tampas desniveladas e os passeios abateram gerando infiltrações nos prédios ali situados. Na rua José Castilho, falta estabilizar o talude nas traseiras dos prédios e na rua Dom Luís da Cunha é urgente proceder à verificação sanitária eventual intervenção em algumas árvores.

Acrescentou as dificuldades de estacionamento na quinta da Maia cujas soluções fariam chegar ao executivo Municipal e a verificação das bocas de incêndio no bairro todo, quer em número, quer em funcionalidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Remeteu para a reunião recente na cooperativa Mondego onde tomaram conhecimento do empenho daquela estrutura em colaborar com o município no arranjo do território em que a cooperativa fez obra.

Disse que o movimento cooperativo deve merecer das autarquias um tratamento de proximidade, desde a atribuição de terrenos ao acesso aos serviços municipais, considerando, por isso, que a questão da habitação deverá merecer uma sessão especialmente dedicada a este tema, para discutir as políticas do município no plano da habitação e sua articulação com os diversos intervenientes, com relevo para as cooperativas de habitação.

Instou no tema do abate das árvores, “*Há que cuidar da defesa das árvores, da sua saúde, da rega, dos cuidados após a plantação ou o transplante*”.

Intervenção do Deputado Municipal Tiago Bolhão (PS) [\(áudio 27:08 a 30:02 minutos - 1ª gravação\)](#)

Apresentou a moção

“Pela proteção do património histórico e cultural das Repúblicas de Coimbra “

“As Repúblicas estudantis constituem um valioso património histórico de Coimbra, constituindo-se enquanto forças vivas da cidade que em muito contribuíram para as lutas estudantis nos tempos da ditadura, juntamente com a Associação Académica de Coimbra, participando decisivamente na queda do regime. Espaços de partilha por excelência, os valores da solidariedade encontram-se patententes em toda a vivência académica, especialmente por criarem comunidades entre antigos e atuais estudantes,

e são parte indispensável no conjunto de soluções do alojamento de baixo custo para quem pretende seguir a via do ensino superior. Como tal, para além do seu imprescindível posicionamento cultural, as Repúblicas ocupam um espaço muito relevante na área da habitação, não devendo as mesmas ser excluídas das estratégias estruturais para esta área, que tanto debate tem gerado fruto da atual crise económica e social.

A Real República Rápo-Táxo e a República dos Fantasmas assumiram a intenção de aquisição do imóvel em que se encontram alojadas, de forma a protegerem e preservarem um património de valor incalculável. Lançaram, simultaneamente, um repto à Universidade de Coimbra e à Câmara Municipal de Coimbra para que cada instituição conseguisse apoiar com 10% do valor do imóvel, tendo a instituição universitária avançado desde já com o apoio.

Assim, enquadrado no artigo 3, nº 1, alínea f), da Lei 42/2017, em que “compete aos municípios, nomeadamente no âmbito das suas competências em matéria de gestão urbanística e preservação do património, proteger e salvaguardar os estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local (...) Incentivar, através das políticas urbanística, patrimonial e fiscal municipais, a proteção e salvaguarda dos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local”, as Repúblicas devem ser prioritárias para o Município, quer ao nível do seu reconhecimento patrimonial, quer na aplicação de medidas que salvaguardem a sua existência, evitando a sua vulnerabilidade perante os interesses económicos do mercado imobiliário. Esse reconhecimento foi formalmente concretizado em 2018, encontrando-se agora em falta mecanismos de apoio patrimonial. O esforço da comunidade estudantil, assim como de antigos estudantes que neste momento angariam o valor necessário para a aquisição do imóvel, deve também ser assumido como seu pela Câmara Municipal de Coimbra, até pela data simbólica, em 2023, da celebração dos 10 anos da atribuição da classificação da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia como Cidade Património Mundial pela UNESCO, integrando no seu conjunto histórico-cultural estas Repúblicas. Assim, a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 20 de abril de 2023, aprova:

A atribuição de um apoio financeiro de 10% do valor do imóvel, que abrange



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

a Real República Rápo-Táxo e a República dos Fantasmas, às associações gestoras deste património histórico de Coimbra, no âmbito do artigo 3º, nº 1, alínea f), da Lei 42/2017.”

Intervenção do Deputado Municipal Juvenal Sousa (PS) [\(áudio 30:10 a 38:44 minutos - 1ª gravação\)](#)

Tratou a Super Especial refutando o valor de 600 mil euros, divulgado pelo Presidente da Câmara, uma vez que o Município da Figueira da Foz tinha trazido a público metade desse mesmo valor que poderia, ainda, ser reduzido de acordo com os patrocínios angariados.

Criticou a opção pelos concertos dos Coldplay cujo investimento ascenderia a perto de 1 milhão de euros com a substituição do relvado, drenagem do estádio, segurança privada e polícia municipal, toda a limpeza antes durante e depois e isenção de taxas à promotora do evento.

Lembrou também que a Super Especial é transmitida durante vários dias em direto na RTP1. Afirmou que o Executivo PS tinha retirado todo o tapete de tartan do estádio, substituindo – o pelo novo, que permite provas nacionais e internacionais, para além da substituição do relvado.

Acrescentou que o Partido Socialista não estava contra a iniciativa, antes se oponha a preterição de investimento na cultura para pagamento a privados.

Apresentou o requerimento que entregou à Mesa da Assembleia Municipal, cfr ANEXO I.

Intervenção do Deputado Municipal Carlos Figueiredo (PSD) [\(áudio 39:06 a 44:10 minutos - 1ª gravação\)](#)

Invocou o dia 17 de abril de 1969, referindo que, 54 anos depois, tinham voz, não precisavam de pedir a palavra, mas necessitavam de ser escutados.

Acusou a oposição de dificultar, mas a nova estratégia, na qual estavam empenhados em trabalhar, incluía mais transparência, condições e oportunidades para promover a marca Coimbra.

Intervenção do Deputado Municipal José Simão (PSD) [\(áudio 44:36 a 48:34 minutos - 1ª gravação\)](#)

Referiu as dezenas de caravanas que se espalham pela Freguesia de Santa Clara porque não dispõe de um Parque que responda às necessidades.

Agradeceu as palavras de Manuel Rocha relativamente ao Mosteiro de Santa Clara e lembrou que em 2001, propôs que se fizesse um Centro de Estágios. Afirmou que, independentemente do fim, importa não deixar o Mosteiro em ruínas.

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Campos (PSD) [\(áudio 48:50 a 51:38 minutos - 1ª gravação\)](#)

Aludiu à transferência de competências no domínio da ação social no passado dia 3 de abril, com a qual tinham alcançado um aumento de 66% das verbas que passaram de 696 mil euros para 1.2 milhões de euros. Contou que a transição estava a ser “suave”, pelo que agradeceu à Vereadora Ana Cortez Vaz e a todos os profissionais envolvidos.

Criticou o facto de, desde o início do ano, a Segurança Social impedir que os apoios eventuais no valor de 250 fossem disponibilizados mais do que uma vez à mesma pessoa, resultando num atolamento do Fundo Social de Emergência.

Intervenção da Deputada Municipal Helena Mendes (CDS-PP) [\(áudio 51:58 a 58:28 minutos - 1ª gravação\)](#)

Referiu que a análise cuidada e atenta dos documentos, que os munícipes esperam legitimamente que os deputados façam, é humanamente impossível em tão curto espaço de tempo. Tinham para análise



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

e discussão, os documentos aprovados nas 5 reuniões de Câmara dos últimos dois meses e meio, mas os membros da Assembleia só os puderam conhecer há dias.

Reivindicou, por isso, tempo para que possam cumprir, com rigor e respeito por quem os mandou, as 39 competências de apreciação e fiscalização previstas no art.º 25.º da Lei n.º 75 de 2013 com as sucessivas alterações, propondo que os documentos aprovados em cada reunião de Câmara que careçam de apreciação pela Assembleia Municipal sejam imediatamente disponibilizados em rascunho para consulta aos membros da Assembleia, sem prejuízo de, como é de lei, serem depois certificados e enviados formalmente com a convocatória.

Tratou o contrato de aquisição do serviço de promoção da atuação dos Coldplay no Estádio Cidade de Coimbra, afirmando que contratar e pagar a uma empresa promotora, a preços de mercado, para trazer a uma cidade um espetáculo de topo é comum, porque é necessário e não há outra forma.

Lamentou a decisão quanto ao rally, porque se trata de um grande evento desportivo, também com retorno financeiro assegurado.

Retomou o protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal, a *Everything is New* e a Académica – OAF é de uma transparência cristalina, dizendo que em rigor não conhecem o protocolo que envolve a Académica, porque é feito entre duas entidades privadas.

Dirigiu-se a João Malva dizendo-lhe *“conseguiu perpassar a ideia de que a reunião foi desconvidada ao deputado, confundindo interesse particular com serviço público. Pedir, ou deixar pedir por si, ao Polígrafo da SIC, que confirmasse algo que estava publicado e ao alcance de todos em redes sociais não institucionais, fazendo-o na qualidade de deputado municipal, não só o desprestigia a si, como prejudica a imagem de todos nós e a da própria Assembleia Municipal de Coimbra. Talvez nos deva, portanto, um pedido de desculpas, senhor deputado”*.

Defesa da honra do Deputado João Malva (CpC)

Confirmou que tinha solicitado uma reunião ao Presidente da Câmara por SMS, enquanto coordenador do Consórcio Ageing Coimbra do qual a Câmara Municipal é fundadora. Acrescentou que José Manuel Silva, no Facebook em resposta a uma intervenção de João Malva, enquanto deputado, *“resolveu cancelar uma reunião solicitada particularmente, mas na minha condição de deputado”*, uma vez que se dirigiu com *“Caro deputado João Malva”*.

Afirmou que agiu no maior interesse estratégico da cidade e defendeu os seus princípios e que não interveio para a publicação no polígrafo SIC de uma imagem tão infeliz e que em nada beneficia a imagem da cidade.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) (áudio 01:20 a 06:30 minutos - 2ª gravação)

Saudou os autarcas pelos 50 anos do Partido Socialista e os estudantes e a academia de Coimbra pelo aniversário de abril de 1969.

Solidarizou-se com o Deputado João Malva.

Afirmou que toda a habitação social na cidade se devia aos autarcas do PS, Bairro do Ingote, Relvinha, Quinta da Nora, S. José, Fonte do Bispo, Vale das Flores, Rua de Angola, terrenos cedidos à Cooperativa Mondego, Tricana Conimbricense e Função Pública. Partilhou das palavras de Manuel Rocha destacando o papel das cooperativas enquanto motor de habitação, mais forte e mais intenso que os próprios serviços municipais de habitação da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 06:52 a 07:53 minutos - 2ª gravação\)](#)

Subscreveu, em nome da CDU, o requerimento apresentado por Juvenal Sousa, para acederem a todos os documentos do negócio que ainda não foi formalizado.

Intervenção do Deputado Municipal Tiago Bolhão (PS) [\(áudio 08:20 a 08:45 minutos - 2ª gravação\)](#)

Esclareceu que na moção “*Pela proteção do património histórico e cultural das Repúblicas de Coimbra*”, onde se lê “*a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 20 de abril de 2023, aprova*” deverá ler-se “*a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 20 de abril de 2023, requer*”.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Dirigiu-se à deputada Helena Mendes, dizendo que o processo entre os órgãos do Município é dinâmico e que tentavam melhorar formas de procedimento e comunicação, no quadro de cooperação, lealdade e transparência.

Propôs a moção apresentada pelo Partido Socialista à votação.

Deliberação nº 10/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria, de 27 votos a favor (20-PS; 5- CDU; 2- CpC) e 21 abstenções (11-PSD; 4 — NC; 4- CDS-PP; 1- PPM; 1- CH), aprovar a Moção” Pela Proteção do património histórico e cultural da Repúblicas de Coimbra” proposta pelo Grupo Político Municipal do PS.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do Deputado Francisco Campos (PSD)

Mostrou- se ao corrente do problema que vinha sendo seguido em conjunto pela União de Freguesias de Coimbra e pela Câmara Municipal de Coimbra e justificou o voto de abstenção por considerar uma moção mais política do que útil, uma vez que o apoio de 10 % tem sido verificado pela Universidade de Coimbra, mas tem vindo a ser acompanhado pelos Executivos Socialistas.

Declaração de voto do Deputado Rui Rodrigues (NC)

Referiu que estavam a decorrer reuniões para se criar um regulamento que enquadre o apoio da Câmara Municipal.

Partilhou do espírito e da motivação da Moção, no entanto, os Nós Cidadãos abstiveram-se porque o apoio terá de se reger pelos moldes a definir.

Declaração de voto do Deputado Ferreira da Silva (PS)

Afirmou que a Câmara Municipal negociou 440 mil euros para os concertos, pelo que pode dispor de 15 mil euros para adquirir a República de Estudantes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

Referiu que a estratégia adotada para Coimbra inclui a organização regular de grandes eventos que atraiam milhares de visitantes a Coimbra e divulguem Coimbra a nível nacional e internacional. Na área do espetáculo, os quatro concertos dos Coldplay representam o evento mais impactante e rentável de sempre que se vai realizar no nosso concelho nas últimas décadas, dando mais sentido à construção do estádio para o euro 2004, que a Câmara continua a pagar e que é importante rentabilizar minimamente para que possa contribuir para criar mais riqueza para o concelho e para a região.

Tratou a repercussão económica de um grande evento, a movimentação de dinheiro gerada na cidade com a compra de bens e a contratação de serviços locais, relacionados com o montagem dos concertos, com a ocupação da hotelaria, com o consumo na restauração, com maiores vendas no comércio, com a vinda de milhares de visitantes e o aumento do turismo, com o imenso impacto mediático, que é bem visível, e com um forte reforço da marca Coimbra como fator de atração de investimentos, de eventos e de pessoas.

Mencionou que será extraordinário para Coimbra entrar nas rotas dos grandes concertos e dos grandes festivais de expressão nacional e internacional e que num projeto global, no médio prazo, querem candidatar Coimbra a cidade criativa da música, papel poderoso na construção da marca de uma cidade.

Avançou que nos concertos dos Coldplay são vendidos cerca de 55000 bilhetes por concerto, num total de 220000 espetadores. Se metade dos espetadores gastar metade do valor, terão um retorno direto de 27 milhões para Coimbra.

Observou um estudo elaborado pelo Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo que estimou que o Município de Coimbra terá gerado entre 7.102.265 euros a 7.541.580 euros de valor de retorno económico direto (despesas de adeptos e equipas) devido à sua participação na organização do Rally de Portugal 2022. Recordou, por isso, que assistiram à superespecial cerca de 22000 pessoas e aos concertos dos Coldplay assistirão 10 vezes mais espetadores.

Acrescentou que não estavam a avaliar o imenso retorno intangível para a marca Coimbra, igualmente fundamental para atrair mais investimentos, criar empregos, fomentar a dinâmica social, cultural, económica e turística e r a projetar Coimbra.

Disse que, com os Coldplay, a percentagem do lucro para os artistas será de 95%. O preço base dos ingressos vai pagar as despesas crescentes de fazer um concerto - pessoal, materiais, impostos, combustíveis, energia e transportes.

Lembrou que quem vai fazer a recuperação do estádio é a empresa promotora do evento, onde gastará mais do que aquilo que, na negociação inicial, foi acordado receber da Câmara como parte do acordo de negócio.

Avançou que a realização da superespecial tinha muito menos retorno financeiro e iriam gastar uma verba semelhante, garantido que tê-la-iam feito, também, se o orçamento o permitisse. Mas o orçamento não permite esta iniciativa e muitas outras, porque o Governo cobrou 11 mil milhões de impostos a mais, às famílias, às empresas e às autarquias e, mesmo assim, atrasa os pagamentos da descentralização da Educação.

Explicou que negociaram contrapartidas pelos concertos dos Coldplay que, no total, são exatamente da mesma dimensão das que foram aprovadas unanimemente para o rally e cujo orçamento vem do turismo e da taxa turística e não da cultura, mas que permitirá um retorno tangível até 10 vezes superior ao do rally. Esclareceu que para os dois concertos dos U2, em 2010, a empresa municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Turismo de Coimbra pagou 200 mil euros e para um concerto da Madona, em 2012, pagou 140 mil euros.

Afirmou que são muitos os milhões de euros que a Câmara, e bem, tem disponibilizado em apoios. A título de exemplo, no ano transato o apoio dado à Bienal AnoZero representou metade do apoio dado agora aos concertos dos Coldplay. Os restantes apoios, como a isenção de taxas, verificam-se em todos os concertos e festivais e inúmeras outras iniciativas realizadas neste concelho com todos os executivos camarários.

Refutou a ideia de que tinham entregado a renda da utilização do estádio para os concertos à AAC-OAF, lembrando que a gestão do estádio e das respetivas receitas foi entregue à AAC-OAF há 19 anos, tendo o protocolo entre a Câmara e a AAC-OAF sido renovado exatamente nos mesmos termos.

Apontou como erro colocar uma pista de tartan no estádio municipal, dificultando e encarecendo a realização de grandes eventos, que revela também a incapacidade em dialogar com a Universidade, pois a pista de tartan devia ter sido colocada no estádio universitário.

Enumerou desperdícios do anterior executivo camarário para gerir os dinheiros públicos:

- A obra no chamado beco central, vai ser parcialmente destruída para fazer a via do MetroBus;
- Também o túnel do Choupal, em conjunto com a rotunda compacta que o liga à Avenida marginal, será transformado numa grande praça de nível, enterrando o túnel e os 518 mil euros gastos pela governação;
- As obras de requalificação da Rua João Machado e Manuel Rodrigues, no valor de 1,1 milhão de euros, para substituir o tamanho da pedra em passeios e o pavimento betuminoso da faixa de rodagem, por lajetas de granito, elevando o preço de reabilitação de 30 para 120€/m² e os custos de reabilitação para níveis não quantificado. Uma obra que só terá fim com a substituição parcial ou integral das lajetas por calçada.
- Também a pista de BMX, localizada nos campos do Bolão, e que ocupa o circuito previsto, em Estudo prévio aprovado, para a alta velocidade, será, a prazo, mais uma infraestrutura a demolir.
- A Rotunda da Cindazunda, onde há acidentes quase todos os dias e que terá de ser modificada, com mais custos adicionais seja para a câmara municipal seja para os comerciantes e residentes locais, já tão fustigados pelas obras arrastadas no tempo.
- Também as obras de requalificação do Caminho Pedonal Cruz de Celas – Baixa, com intervenções na Rua Augusto Rocha e a Rua Lourenço de Almeida Azevedo, e cujo projeto do Metrobus prevê a subida de cota e, por inerência, a requalificação dos passeios. Também no âmbito da empreitada de Conservação Corrente da Rede Viária, no valor superior a 5M€, está prevista a repavimentação de várias ruas a serem intervencionadas no âmbito do projeto do Metrobus. A empresa adjudicatária da obra de requalificação do Largo de Cruz de Celas, integrada na empreitada caminho Pedonal Cruz de Celas – Baixa, Arregaça e Loios, no valor de 930.484,17 €, entrou em insolvência, permitindo à Câmara Municipal de Coimbra, depois de alertada, retirar essa intervenção da empreitada.
- Também a Ecovia, ao ser lançada à pressa e sem qualquer planeamento, com centenas de viagens diárias em vazio.

Resumiu, por fim, as páginas com informação a Assembleia Municipal com as atividades desenvolvidas, desde a última assembleia, desde 15 de fevereiro:

- Atividade cultural e corporativa no Convento São Francisco.
- Taça da Europa de Judo de juniores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Conclusão da obra de estabilização na encosta da Calçada Santa Isabel em Santa Clara, em risco de desmoronamento, no valor de 30.0000 euros.
- Primeira “Montra das Artes & Ofícios”, na Baixa de Coimbra, que se repetirá todos os terceiros Domingo do mês.

Respondeu, ainda a algumas das questões colocadas. Relativamente ao Canil Municipal, disse que não existia espaço, valorizando o esforço que tem feito para o incentivo à adopção de animais, com a promoção de open days mensais e coma divulgação de apelo à adopção feita nos canais oficiais da Câmara Municipal de Coimbra. Explicou que um dos projetos propostos ao PT2030 está relacionado com a ampliação da capacidade de resposta do canil e a criação de um parque de matilhas.

Deixou uma nota quanto à *Moção* apresentada de forma extemporânea, uma vez que não existia enquadramento legislativo que permitisse efetuar o apoio às Repúblicas. E depois de reunirem com as referidas Repúblicas e a Associação Académica, perceberam que a única forma é elaborar um Regulamento que permita enquadrar o apoio. Acrescentou que a 10% correspondia a 50 mil euros e não 15 mil.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) (áudio 50:55 a 00:13 minutos - 2ª e 3ª gravação)

Debruçou-se sobre as formas de solucionar os problemas dos SMTUC, o Plano apresentado comprova que a modernização dos SMTUC e a dotação das competências e capacidades necessárias para exercer as suas atribuições têm a ganhar com a sua autonomização orgânica, que permite tornar claras as insuficiências e as medidas prioritárias a desenvolver.

Abordou os problemas de competitividade da Função Pública, para atrair e fixar quadros necessários à específica actividade dos SMTUC (operários, mecânicos, motoristas) porque os custos de produção são muito indefinidos e voláteis, para responder já às necessidades dos SMTUC e contrariar a elevadíssima taxa de imobilização da frota.

Afirmou que os SMTUC são essenciais na organização da mobilidade municipal e eixo estratégico para a definição do modelo de cidade. Enunciou linhas orientadoras: a taxa de imobilização da frota conjugada com o desinvestimento nos recursos para a sua manutenção, são insustentáveis, o MetroBus jamais substituirá os SMTUC ainda que, se vier a funcionar bem, possa vir a ser um bom complemento; definição de políticas de planeamento e investimento que confirmem a centralidade nos SMTUC; estudos para projetar cenários para o número de passageiros a transportar nos próximos anos; visitar e reavaliar o Estudo de 2016 de reestruturação da rede de transportes coletivos de passageiros dos SMTUC e de avaliação do seu impacto na mobilidade de concelho de Coimbra e nele repercutir: O estudo das externalidades negativas (sociais, económicas, ambientais) do mau funcionamento dos transportes coletivos, e a análise da procura com base numa projeção de cenários futuros de passageiros e território a servir, tendo como objetivo central o aumento da utilização do transporte público, em suma criar uma perspectiva planeada de investimento e de retorno.

Posicionou-se, em nome da CDU, contra o encerramento da estação de Coimbra A e da ligação ferroviária à rede geral, que considera eixo fundamental com números que assumem uma dimensão incontornável e insubstituível. Segundo dados da CP, Coimbra recebia 4 300 milhões de passageiros por ano, antes da pandemia, número que reduziu, entretanto, para 2 300 milhões, estando agora novamente a aumentar. Para a CDU, este é um trânsito de passageiros fundamental na vida do nosso concelho e dos concelhos circundantes e impossível de substituir pelo MetroBus.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Rui Rodrigues (NC) [\(áudio 00:36 a 04:39 minutos - 3ª gravação\)](#)

Destacou algumas das atividades da Câmara Municipal: a remoção de 68 viaturas abandonadas pela Polícia Municipal; o novo regime da ADSE a partir de 2024; os 41 processos de Urbanismo, disponíveis nos “Serviços Online”; dois novos funcionários com a categoria de Assistente Técnico de Tráfego em Aeródromo, permitindo o cumprimento dos requisitos para a obtenção da certificação AFIS (Serviço de informação de voo de aeródromo).

Afirmou que a Câmara pretende gastar cerca de 25% dos 60 milhões de euros que vai receber para habitação a renda acessível, na Baixa da cidade, para reabilitar a zona da Baixa com moradores e equipamentos de apoio aos estudantes, como uma sala de estudo 24 horas por dia, serão fundamentais para revivificar a zona. Esclareceu, a propósito, que estavam desde o ano passado a aguardar resposta do Ministério das Finanças para autorizar o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

Disse que a candidatura da Câmara ao Plano de Recuperação e Resiliência para a requalificação da Unidade de Saúde de Taveiro, no valor de 718.766,89€, foi aprovada, mas a requalificação necessária para que a Casa da Criança pudesse ser transformada em unidade de saúde só pode ser iniciada quando a mesma pertencer ao Município.

Avançou que os SMTUC investiram cerca de 150 mil euros no aluguer de seis autocarros seminovos e retomou a afirmação do Presidente da Câmara de fazer o planeamento para, no futuro, incluir veículos a hidrogénio nos transportes urbanos do concelho, recorrendo em pleno a programas de financiamento para aquisição de novos autocarros. Ainda sobre os SMTUC, referiu que o Presidente foi recebido pelos grupos parlamentares para alteração da lei que tem prejudicado os motoristas dos SMTUC, um problema que só com pressão e proximidade com o poder central se poderá resolver.

Intervenção da Deputada Municipal Margarida Pocinho (CDS-PP) [\(áudio 04:57 a 08:16 minutos - 3ª gravação\)](#)

Afirmou que a gestão autárquica também está sujeita a riscos de corrupção e outras infrações, desde malversação de fundos públicos, tráfico de influência, fraude e outros comportamentos ilegais ou antiéticos.

Enunciou enquanto primeira medida de prevenção e mais importante, a transparência. As autarquias devem ser transparentes em relação às suas finanças e suas atividades, disponibilizando informações de forma clara e acessível para a população. A transparência é uma das principais armas contra a corrupção, pois permite que as pessoas acompanhem de perto as atividades das autarquias e detetem irregularidades.

Destacou a monitorização do plano de prevenção de riscos de gestão autárquica, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, como fundamental para garantir a eficácia das medidas adotadas e prevenir a ocorrência de práticas corruptas ou ilegais e permitir identificar os riscos, avaliar a eficácia das medidas preventivas adotadas e identificar a necessidade de aprimoramento das políticas de gestão. Submetido a um processo interno de avaliação independente e de controlo, no âmbito de um Sistema de Controlo Interno, perceber-se-á de que modo se poderá mitigar ou gerir os riscos existentes nas suas 21 unidades orgânicas. Atenta para uma metodologia eficiente com vista à deteção de erros, ilegalidades ou fraudes de forma fiável, hábil e adequada, no quadro de um plano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dinâmico que permite propor alteração das medidas corretivas ou preventivas, dos riscos intrínsecos às atividades, com vista à sua melhoria e adequação.

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 08:30 a 12:57 minutos - 3ª gravação\)](#)

Remeteu para a intervenção do Presidente da Câmara, cujo discurso se define, recorrentemente, pelo contraste com o passado e criticou a adjetivação usada, pedindo, inclusive para que “*não continue a apelidar todos de insensatos, paroquianos...*”. Posicionou-se contra o negócio dos Coldplay e disse que não admitia as adjetivações que eram imputadas.

Referiu que, em julho de 2022, foi aprovada a criação do Provedor do Município, mas nada mais se soube do assunto e sendo uma medida de iniciativa do CpC, questionou o ponto de situação.

Interrogou, quanto ao Mosteiro de Santa Clara a Nova, se por uma renda de cerca de 1500€ mensais por todo aquele espaço o Executivo está disposto a prescindir da Bienal AnoZero ou se já perspetivou outras alternativas.

Questionou as receções de obras pela Câmara, uma vez que as Piscinas Luís Lopes da Conceição, em São Martinho do Bispo, reabriram, ao fim de um ano de reparações, sem as condições mínimas de higiene e segurança para os utentes. Por sua vez, as casas novas do Bairro de Celas, construídas de raiz, estão cheias de humidade, ao ponto de alguns moradores recusarem o realojamento naquelas condições e de outros verem agravados os seus problemas de saúde.

Reforçou o caso das corridas nas ruas da cidade, que vão sendo retomadas em pontos diferentes, perguntando o que poderia fazer o Executivo.

Alertou para a limpeza e arranjo do espaço público e tomou de exemplo o elevador do mercado.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 13:17 a 25:49 minutos - 3ª gravação\)](#)

Retomou intervenção antecedente e criticou a adjetivação utilizada pelo Presidente da Câmara.

Acusou o Executivo Municipal de secundarizar a tradicional Queima das Fitas e a Academia de Coimbra relativamente à banda Coldplay, numa altura em que é lema da Festa Académica “*Sonho meu de eternidade, brilham-te os olhos ao rever esta cidade*”, festa que vai contar com mais de 60 atividades culturais, desportivas, tradicionais e cívicas, as noites do parque e a Serenata Monumental, para além da criação da “*Marca Coimbra*”.

Recorreu às palavras de Clara Ferreira Alves na última edição do Expresso e citou “*Coimbra resolveu oferecer um subsídio de €440 mil a uma promotora de concertos, Everything Is New, para trazer a Coimbra os Coldplay ...*” “*... quem decidiu em nome dos munícipes de Coimbra, foi a Câmara Municipal de Coimbra governada por uma coligação em que domina o PSD Vamos subsidiar os privados, os que menos precisam de ser subsidiados, vamos atrair turistas e estrangeiros, vamos trazer música pop e rock Em vez de dotar a cidade de uma rede de transportes eficiente e que sirva os cidadãos, dotar a cidade de uma vida cultural rica, ... promover a limpeza das ruas, cuidar dos espaços verdes e criar mais espaços verdes ... promover a reabilitação urbana pela reabilitação urbana ... garantir habitação decente a preço justo, construir residências universitárias ...*”.

Criticou a fixação de datas para os concertos sem consideração pela Academia de Coimbra e a votação do Executivo Municipal de um contrato que está consumado há muito e em plena execução, em “*violação clara do dever de respeito*” dos Vereadores da Câmara e dos da oposição em particular, como ainda dos cidadãos munícipes que o elegeram.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Relembrou que o Partido Socialista recebeu, em 2013, a Câmara Municipal com a dívida de mais de 70 milhões € e que a empresa local Turismo de Coimbra, por onde eram efetuadas as transferências para os promotores de concertos, foi extinta por falência.

Observou, ainda, que a Câmara demorava a pagar, no ano de 2021, aos seus fornecedores uma média de 39 dias, passou agora, sob Presidência de José Manuel Silva, em 2022, a pagar em média a 64 dias.

Intervenção do Presidente da Câmara

Referiu que é curioso o PCP falar dos SMTUC mesmo participando no Conselho de Administração nos últimos 8 anos e acrescentou que no dia anterior, o PCP, no parlamento, não tinha tido tempo para receber o Presidente da Câmara e o Presidente da Comissão de trabalhadores dos SMTUC para reunir relativamente às carreiras dos trabalhadores dos SMTUC.

Refutou a renda de 1500€ para o Mosteiro de Santa a Clara a Nova e confirmou que seriam muitos milhões de euros para a reabilitação e sendo um imóvel do Estado foi colocado como outros imóveis com interesse histórico do país.

Esclareceu que não revogaram a decisão do concurso para o cargo de Dirigente do Departamento Jurídico, tendo, inclusive, nomeado a pessoa que venceu o concurso.

Lembrou que quem enterrou os trolleys em Coimbra foi o anterior Executivo com as obras graníticas da rua João Machado e Manuel Rodrigues, agora impedidos de circular pelas obras do Metro Bus.

Explicou que na digressão europeia de uma das maiores bandas do mundo, as datas estavam definidas pela própria banda.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 36:12 a 37:49 minutos - 3ª gravação\)](#)

Interpelou a *Mesa* relativamente ao tempo para usar da palavra de que o Presidente da Câmara dispôs durante a sessão, acreditando que tinha utilizado mais do que qualquer grupo político e sem exercício de contraditório.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Propôs discussão conjunta

2. Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Coimbra do exercício de 2022

Inventário Municipal

Aplicação dos Resultados

Certificação Legal de Contas

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 42:04 a 45:00 minutos - 3ª gravação\)](#)

Analisou as Contas e a Taxa Global de Execução do Plano em 73 % e enunciou alguns dos setores de atividade: 26% na cidade da Saúde, 12% no Envelhecimento Ativo e Saudável, 0% no Apoio aos Sem Abrigo, 18% Parque verde do Mondego, 49% nos Espaços Verdes e Jardins, 28% na Mobilidade Pedonal e Segurança Rodoviária, 8% em Coimbra Cidade Jovem e 28% no Orçamento Participativo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Acusou a promoção da habitação reconstrução urbana de retirar um milhão de euros para “*esconder que a taxa de Execução é de 70% do orçamento aprovado, mesmo assim execução das grandes empreitadas de eficiência energética, esconde a completa inação de um ano perdido em que muitas dezenas de famílias poderiam ter acedido a habitações arrendadas no mercado privado e para as quais a Câmara tinha dinheiro que não quis usar*”.

Referiu a necessidade de renovação dos Recursos Humanos do Município, em que cerca de 90% dos trabalhadores têm entre 40 e 69 anos e a entrada de trabalhadores jovens não é suficiente para poder renovar os quadros, garantindo a transmissão de conhecimento por parte daqueles que se retiram. Acrescentou o preocupante aumento de acidentes em serviço, é necessário olhar para a segurança no trabalho e proteger os trabalhadores, o aumento de 5 milhões de euros na despesa com serviços externos, mais 18,34% e o aumento de 0.8 milhões de euros com pessoal.

Mencionou, ainda, o “*o modestíssimo aumento* “nas transferências para as freguesias, de 165 mil euros a mais do que o ano anterior e o enorme aumento, 54,2%, de imposto sobre transmissões onerosas de imóveis, mais 6 milhões de euros que poderiam apoiar algumas repúblicas de estudantes.

Intervenção da Deputada Municipal Luísa Silva (CDU): [\(áudio 45:26 a 50:04 minutos - 3ª gravação\)](#)

Questionou a mais-valia para a cidade com o investimento de 440 mil euros em quatro espetáculos. Comparou as Grandes Opções do Plano de 2022 com as de 2023, verificando que a Câmara Municipal investe, na área da cultura, menos 6,49% em 2023 do que no ano anterior; menos 60% na promoção de produtos culturais de Coimbra; menos 32% na difusão do livro e da leitura; -12% em espaços culturais; -96% em animação; -44% no apoio ao associativismo cultural; -64% em projetos âncora de alcance estratégico.

Refletiu que, de um ano para o outro, a cidade vai perdendo em termos culturais. Havendo dinheiro, no entanto, para eventos que em nada se assemelham a uma política cultural. Apesar de a Câmara Municipal referir o retorno do dinheiro à cidade, não apresenta qualquer estudo sério que sustente essa ideia.

Assinalou o desinvestimento na construção do Serviço Médico Veterinário cujo espaço não chega para as necessidades e os serviços de vigilância (das 17 às 23h) foram excluídos do novo contrato, por falta de verba, um local de trabalho afastado, isolado, com pouca iluminação onde por vezes estão apenas mulheres a trabalhar (até às 23h).

Prosseguiu com a Divisão de Compras e Logística, onde os problemas de funcionamento com falta de resposta célere aos processos, atrasam os serviços da Câmara.

Questionou quando seria efetuado o pagamento das atualizações salariais dos assistentes operacionais do Município com mais de 30 anos de trabalho nas suas funções, publicadas através do DL 84-F, de 16 de dezembro de 2022. Mencionou a existência de um conjunto de trabalhadores com ordenados a rondar o salário mínimo nacional, que, na fase da pandemia, estiveram na linha da frente e que, hoje, dada a inflação e a conjuntura económica do país, têm um ordenado que não chega para uma vida digna. Acrescentou que também que o SIADAP – referente ao biénio de 2019/2020 ainda não está concluído, sendo que muitos trabalhadores têm atualização salarial por fazer desde janeiro de 2021.

Referiu que a CDU via com agrado o esforço do Presidente da Câmara na recuperação da carreira dos motoristas dos SMTUC, por considerarem de toda a justiça a reposição desta carreira. Disse que a bancada do PCP na Assembleia da República aguarda o agendamento da reunião, visto que ficaram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

fora da primeira ronda, mas sendo que os trabalhadores “*poderão contar sempre com o PCP para a valorização das suas carreiras*”.

Intervenção do Deputado Municipal Paulo Lopes (PSD): [\(áudio 50:35 a 54:27 minutos - 3ª gravação\)](#)

Apresentou, em nome do PSD, uma enorme satisfação pelo resultado positivo que o Município de Coimbra apresenta para o ano de 2022, demonstrando para isso um elevado rigor de gestão.

Apontou, no entanto, “*o estrangulamento deixado pelo anterior executivo de elevados valores adjudicados e com necessidade de serem pagos dentro dos respetivos vencimentos*” que torna o resultado financeiro um retrato pouco real do estado da tesouraria do Município de Coimbra.

Salientou o aumento do custo dos Fornecimentos e Serviços, com um valor aproximado de 5 milhões de euros, como é possível verificar na eletricidade, aumento de 1 milhão de euros; nos combustíveis, aumento de 300 mil euros e a necessidade política e moral de aumentar a rubrica de Serviços Sociais num 1,2 milhões de euros.

Destacou o aumento do custo de Recolha e Tratamento de Resíduos em 1,8 milhões euros.

Referiu que o aumento salarial de 1% dos funcionários da Câmara Municipal irá representar um custo anual adicional de 753 mil euros.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 54:57 a 07:28 minutos - 3ª 4ª gravação\)](#)

Afirmou que é “*necessariamente negativa*” a avaliação que o Partido Socialista faz do Relatório de Gestão do ano de 2022.

Recorreu às palavras de José Manuel Silva na Reunião de Câmara de 31 de maio de 2021, então na oposição: “*... o nosso entendimento negativo relativamente ao relatório de gestão não se refere a questões técnicas, mas sim a aspetos de âmbito político e de planeamento, e respectivos resultados, da coligação ..., que governa esta Câmara.... Neste relatório encontra-se o que já se conhece, que logicamente tem que ser feito e é necessário, mas que é definitivamente insuficiente e está muito aquém do imenso potencial de uma cidade como Coimbra: a gestão corrente do município, a organização de alguns eventos, a distribuição de apoios e a realização de obras de manutenção. (...)*” *O relatório mostra a total carência de orientações estratégicas da Câmara para o futuro e da falta de investimento em obras estruturantes para o concelho de Coimbra. (...) Não se verificou o reforço de verbas para as freguesias aprovado em Assembleia Municipal, tendo como valor indicativo 10% do orçamento total da Câmara, e não foi cumprido o Decreto-Lei n.º 57/2019, de descentralização do município para as freguesias ...”.*

Referiu a evidência do Relatório de Contas de 2022, de que o PS deixou a Câmara com contas muito saudáveis, certas e equilibradas, “*que resistiram à “guerra”, a esta estafada e repetida desculpa para todas as incapacidades e incumprimentos das promessas eleitorais da Coligação*”

Relatou o Resultado Líquido positivo de quase 2 milhões de euros, resultante quase exclusivamente do colossal aumento da receita de Impostos de cerca de 7 milhões de euros.

Apontou o desinvestimento que a Câmara fez, nomeadamente, na suspensão da empreitada, anulando a adjudicação das obras da Estrada da Beira, entre a Casa Branca e o Alto de São João no valor de 1,67 milhões de euros.

Alertou para o facto de o saldo de gerência não cobrir as dívidas a curto prazo, o que pode trazer graves problemas de tesouraria e que já não acontecia há muito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Prosseguiu com o IMT, com mais 3 milhões do que em 2021, que traduz afinal o crescimento da atividade imobiliária na cidade dos últimos anos. Atividade e receita esta que permitiu também, para além do desinvestimento referido, que as contas apresentem um resultado líquido positivo.

Enunciou os indicadores preocupantes que o Relatório apresenta, como seja o facto das faltas injustificadas terem aumentado 228%, registando a taxa de absentismo em 2022, 13,53%, a mais alta dos últimos 8 anos. No ano de 2021 a Câmara demorava em média 39 dias a pagar aos seus fornecedores e em 2022 passou a demorar, em média, 64 dias. As taxas de loteamentos e obras diminuíram 15,2%, o que traduz um factor de complicação em vez de facilitador dos promotores e investidores. Ao contrário, as cobranças de multas aumentaram mais de 30%.

Declarou que o Partido Socialista se abstém da votação das contas e do relatório.

Intervenção do Presidente da Câmara

Esclareceu o agravamento do prazo médio de pagamento a fornecedores em 25 dias. Ficaram cerca de 1500 faturas em conferência da Endesa e da EDP, relativas a consumo de energia nas escolas, por inexistência de condições técnicas, nomeadamente, o não cumprimento do requisito da contratualização por terem dois compromissos associados devido ao processo de descentralização. Ficaram, ainda, 3 faturas da ERSUC por pagar, relativas a recolha transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos no valor de 750.000,00 € cujo contrato aumentou em cerca de 37% face a 2021, em 3,1 milhões de euros e não existia dotação orçamental e liquidez.

Lembrou que a problemática referente às carreiras dos motoristas dos SMTUC estava ao alcance do Governo Socialista que não tinha recebido o Presidente de Câmara que, assim, agendou reuniões com os grupos parlamentares. Acrescentou que tinham sido informados que a matéria estava com a Ministra da Presidência, a quem tinham endereçado pedido de reunião.

Afirmou que existiam apenas quatro trolleys que tinham de ser protegidos para que continuassem a circular.

Deliberação nº 11/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, ***por maioria*** de 22 votos a favor (11- PSD; 5- NC; 4- CDS-PP; 1- PPM e 1- CH) e 28 abstenções (21- PS; 5- CDU; 2- CpC), aprovar:

A proposta respeitante aos Documentos de Prestação de Contas de 2022 e o Inventário do Património Municipal relativo ao Município, elaborados nos termos definidos no SNC-AP (D.L. n.º 192/2015, de 11 de setembro), que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e da Instrução n.º 1/2019, de 6 de março de 2019, do Tribunal de Contas;

A aplicação do Resultado Líquido apurado no período, no montante de 1.923.482,10d (um milhão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e dois euros e dez cêntimos), da seguinte forma: transferir 59c para Reservas Legais e o restante manter em Resultados Transitados;

Dos documentos de Prestação de Contas identificam-se, pela sua importância, os seguintes resultados:

Total do ativo, património líquido/capital próprio/fundo social e passivo (Balanço):

Total do ativo 741.844.154,22 €

Total do património líquido 622.221.532,80 €

Total do passivo 119.622.621,42 €

Rendimentos e gastos (DR):

Rendimentos 113.740.537,04 €

Gastos 111.817.054,94 €

Resultado líquido: 1.923.482,10 €

Recebimentos e pagamentos (DFC):

(inclui Operações de Tesouraria)

Saldo inicial 15.016.692,90 €

Recebimentos 120.535.383,06 €

Pagamentos -125.688.498,34 €

Saldo final 9.863.577,62 €

Desempenho orçamental (recebimentos e pagamentos) (DDO):

Recebimentos (inclui incorporação do saldo anterior) 127.712.684,03 €

Pagamentos 124.203.723,47 €

Recebimentos de Op. Tesouraria 2.325.447,77 €

Pagamentos de Op. Tesouraria 1.485.474,72 €

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental (de Oper. orçamentais e de Oper. de tesouraria):

Saldo inicial de operações orçamentais 9.502.048,89 €

Saldo inicial de operações de tesouraria 5.514.644,01 €

Total 15.016.692,90 €

Saldo final de operações orçamentais 3.508.960,56 €

Saldo final de operações de tesouraria 6.354.617,06 €

Total 9.863.577,62 €

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

3. Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 2 de 2023 da Câmara Municipal de Coimbra

Deliberação n.º 12/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por maioria* de 43 votos a favor (21-PSD;11-PSD;5- NC;4- CDS-PP; I-PPM e 1- CH) e 7 abstenções (5- CDU; 2-CpC), aprovar a Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 2 de 2023, no valor total de 3.612.585,56 C de reforços no Orçamento da Receita e de 3.612.585,56 C de reforços no Orçamento da Despesa, totalizando o Orçamento para 2023, o valor de 180.780.543,56 C (após Alteração Modificativa/Revisão n.º 2), e que se justifica pela incorporação do Saldo da Gerência de 2022, e propostas dos serviços municipais.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4. Relatório e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra do exercício de 2022

Aplicação dos Resultados

Certificação Legal de Contas

Deliberação n.º 13/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por maioria* de 22 votos a favor (11- PID; 5- NC;4- CDS-PP; I-PPM e 1- CH) e 28 abstenções (21- PS; 5- CDU; 2-CpC), aprovar o Relatório de Gestão e Contas e os Documentos de Prestação de Contas de 2022 relativos aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, elaborados nos termos definidos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, de acordo com a Resolução n.º 6/2022, 2.º Secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, II Série, n.º 4, de 5 de janeiro de 2023, sobre a Prestação de Contas relativas ao ano de 2022 e gerências partidas de 2023 e atento ao disposto na Instrução n.º 1/2019-PG, publicada no Diário da República, 2 Série, n.º 46, de 6 de março, para a organização e documentação das contas de todas as entidades sujeitas a prestação de contas ao Tribunal de Contas e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

5. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

Deliberação nº 14/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por maioria* de 43 votos a favor (21-PSD;11- PSD; 5- NC;4- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH) e 7 abstenções (5- CDU; 2-CpC), aprovar a 4.º Modificação aos Documentos Previsionais — 1.ª Alteração Modificativa (Revisão Orçamental) ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (Revisão Orçamental), que engloba alterações ao Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, assentando num aumento da despesa e da receita, face ao orçamento em vigor e justifica-se pela necessidade de incorporar no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, para 2023, o valor do saldo de gerência transitado do exercício económico de 2022 e apurado em Mapa de Fluxos de Caixa e Mapa de Desempenho Orçamental de 31/12/2022.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6. Relatório e Contas 2022 de AC, Águas de Coimbra, EM

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório e Contas 2022 da AC, Águas de Coimbra, E.M.

Intervenção do Presidente da Câmara

Delegou a palavra no Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal Águas de Coimbra.

Apresentação do Relatório e Contas 2022 pelo Professor Alfeu Sá Marques, disponível em:
<https://www.aguasdecoimbra.pt/index.php/quem-somos/documentacao/relatorio-e-contas>

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 28:52 a 30:13 minutos - 4ª gravação\)](#)

Questionou a credibilidade quanto à afirmação relativa à empresa intermunicipal, com a Câmara Municipal de Cantanhede, sendo que a Presidente de Câmara, Maria Helena Rosa de Teodósio disse que não tinha sido estabelecido qualquer contato com a empresa Águas de Coimbra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 30:27 a 31:25 minutos - 4ª gravação\)](#)

Abordou o projeto lançado nas Escolas pela Águas de Coimbra, mas advertiu que as canalizações não apresentavam condições para beber água da torneira, assim, deixou o repto para que fosse viável executar o projeto em todas as escolas.

Intervenção do Presidente da Câmara

Agradeceu ao Presidente do Conselho de Administração da Águas de Coimbra e saudou os contatos estabelecidos com outros municípios.

Afirmou que o projeto da Gota está previsto estender -se a todas as escolas, sendo que o Projeto, prevenindo o problema das canalizações, distribuirá água em canalizações novas.

6-A. Protocolo, a celebrar entre o Município de Coimbra, a Everything is New e a Associação Académica de Coimbra OAF, para a realização o dos concertos dos Coldplay, a decorrerem nos dias 17,18,20 e 21 de maio, no Estádio Cidade de Coimbra

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do protocolo entre o Município de Coimbra, a Everything is New e a Associação Académica de Coimbra/OAF.

Intervenção do Deputado Municipal Luís Silva (PS) [\(áudio 35:30 a 42:32 minutos - 4ª gravação\)](#)

Apontou a “*utilidade da discussão*” e remeteu para a intervenção de Graça Simões partilhando o apelo pela moderação da adjectivação utilizada pelo Presidente da Câmara.

Clarificou que concordavam com a vinda dos Coldplay a Coimbra, mas não aceitavam acriticamente pelo que colocavam questões que pretendiam respondidas, nomeadamente, “*porque é que o protocolo é assinado a um mês dos concertos, especialmente antes da venda de bilhetes?*”

Recorreu às palavras do Ex Presidente da Câmara de Coimbra, eleito pelo PSD, Carlos Encarnação, que criticou o subsídio à promotora “*...a câmara não pagava a produtores nem artistas, a Câmara apoiava com isenção de taxas e limpeza*”.

Perguntou quanto custa montar e produzir os concertos à produtora e quanto recebe de bilheteria, no caso concreto, qual o modelo de financiamento e percentagem de distribuição e se esta é ou não suficiente para a distribuição atuada.

Questionou se estariam perante a consequência da negligência de não assinar o protocolo quando se firmaram as datas e venderam bilhetes.

Confrontou a aplicação do montante no subsídio da promotora privada, os cortes no apoio a associações culturais e no orçamento participativo, com medidas como a apoio municipal para fazer face aos juros dos créditos à habitação; medidas face à inflação para complementar aquelas que foram implementadas pelo Governo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 42:50 a 44:26 minutos - 4ª gravação\)](#)

Definiu o objeto da questão, dizendo que, pela leitura do protocolo, verificavam que o pagamento direto e indireto à Every Thing is New foi feito a montante da formalização do acordo “*num simulacro de legalização de última hora*”, sendo que desconheciam se o apoio tinha como destinatário a promotora ou a OAF.

Intervenção do Municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 44:40 a 53:35 minutos - 4ª gravação\)](#)

Disse que a sua intervenção era sobre métodos democráticos de gestão e a exigência de transparência nos negócios públicos.

Afirmou que o protocolo entre os intervenientes, a que se junta a AAC-OAF, vai, agora, ser firmado, a sua aprovação não foi mais que a ratificação de um negócio discutido e supostamente celebrado sem qualquer mandato ou conhecimento prévio do órgão autárquico.

Colocou a hipótese de a maioria absoluta do Executivo, por uma qualquer razão, não conseguir aprovar a proposta de alocação do dinheiro publico e perguntou “*quem assumiria as indemnizações eventualmente a pagar ao promotor, após os elevados investimentos?*”.

Questionou a existência de estudos de mercado, relatório de despesas e receitas para que fosse devidamente avaliado o relevante evento. Interrogou se a AAC/OAF sairia largamente beneficiada com o evento, uma vez que do protocolo agora apresentado nada se pode concluir nesse sentido.

Referiu que quem lucra é a empresa promotora, que a juntar aos elevados lucros da bilheteira, somará este subsídio directo de quase meio milhão de euros e um avultado apoio indireto não quantificado. Instou que o que interessa saber é a relação custo benefício dos investimentos efectuados.

Intervenção da Deputada Municipal Helena Mendes (CDS-PP) [\(áudio 55:00 a 55:46 minutos - 4ª gravação\)](#)

Levantou a dúvida se nas Assembleias Municipais das cidades que acolhem grandes concertos também se discutiria o assunto das promotoras como se assiste na presente sessão.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Soares (NC) [\(áudio 56:04 a 57:00 minutos - 4ª gravação\)](#)

Afirmou que Coimbra precisa deste evento todos os anos, pelo que sugeriu um aplauso ao Executivo pela iniciativa e reforçou a ideia de que existem oportunidades não se repetem.

Intervenção do Presidente da Câmara

Instou que o protocolo cumpre rigorosamente a lei, e perpassou vários crivos jurídicos para que não existissem dúvidas sobre a sua legalidade.

Esclareceu que a isenção de taxas é normal para os Municípios receberem concertos e que quem tinha pagado a produtores, em Coimbra, foi a Empresa Municipal do Turismo que era financiada pela Câmara Municipal, pelo que tudo cabia na verdade dos factos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Reconheceu que desconhecia se a negociação teria sido essencial para os concertos, mas a pretensão foi segurar o evento em Coimbra, por considerar que o investimento era de pouca monta comparado com o enorme benefício para a cidade.

Explicou que a promotora é que incorreria em indemnizações, caso existisse alguma falha do Município, inclusive, na disponibilização do Estádio.

Salientou a importância do evento para que promotores e investidores identifiquem Coimbra como uma cidade dinâmica, que incremente a hotelaria e a restauração.

Advertiu que para o Rally não tinham sido pedidos estudos e relatórios prévios para a tomada de decisão.

Esclareceu que a taxa turística é para investir na cidade e em eventos e iniciativas que impulsionem o turismo.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 10:25 a 11:00 minutos - 5ª gravação\)](#)

Esclareceu a extensão das suas palavras na intervenção anterior e questionou o “*secretismo*” à volta do evento uma vez que as questões eram colocadas desde novembro.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU) [\(áudio 11:10 a 12:45 minutos - 5ª gravação\)](#)

Afirmou que a função dos concertos dos Coldplay não é “*salvar a cidade*”, essa é a função das políticas de continuidade, como fixar jovens, apoiar a indústria e o comércio local.

7. Minuta de Contrato de Financiamento para a operação financiada pelo Portugal 2020 - POSEUR-01-1407-FC-000065 - “Promoção da eficiência energética na frota dos SMTUC - III”

Deliberação nº 15/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar:

As condições do empréstimo, constantes da Minuta do Contrato de Financiamento Reembolsável para a operação POSEUR-01-1407-FC-000065 “Promoção da eficiência energética na frota dos SMTUC-III”, no montante de financiamento aprovado de 2.630.000,00 euros nos termos dos artigos 49.º e 51.º do Regime Financeiro das Autarquias locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e posteriores alterações;

A contratação do empréstimo a médio e longo prazo (Contrato de Financiamento Reembolsável) e correspondente autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais (nos termos do artigo 12.º “Compromissos plurianuais”, no âmbito do subsector local”, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º “Compromissos Plurianuais” da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e posteriores alterações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Celebração de “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes”, com a CIM – Região de Coimbra

Deliberação nº 16/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por maioria* de 27 votos a favor (10- PSD; 5- NC; 5- CDU; 3- CDS-PP; 2-CpC; 1-PPM e 1- CH) e 21 abstenções (21- PS), aprovar a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9. “Protocolo de Cooperação entre a CIM, MC e MM - Sistema de Mobilidade do Mondego” – a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM), Município de Coimbra (MC) e Metro-Mondego, S.A. (MM)

Deliberação nº 17/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por maioria* de 43 votos a favor (21- PS; 10- PSD; 5- NC; 3- CDS-PP; 2-CpC; 1-PPM e 1- CH) e 5 abstenções (5- CDU), aprovar a minuta de “Protocolo de Cooperação entre Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Município de Coimbra e Metro Mondego, S.A. — Sistema de Mobilidade do Mondego”.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

10. Proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento e seleção de titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau - Chefe da Divisão de Compras e Logística – Aprovação do júri do procedimento

Deliberação nº 18/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar, nos termos previstos no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a seguinte constituição do júri para procedimento concursal para recrutamento e seleção do titular do cargo de Chefe da Divisão de Compras e Logística



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- cargo de direção intermédia de 2.º grau: Presidente: Dr.ª Regina Helena Paiva Ferreira, Diretora do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Coimbra; Vogais Efetivos: - Dr. Olinto Miguel Teodoro Vieira, Consultor, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos; - Eng.º Luís Miguel dos Santos Costa, Diretor do Departamento de Espaço Público da Câmara Municipal de Coimbra; Vogais Suplentes: - Dr.ª Elsa Catarina dos Santos Marques, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Coimbra; - Dr.ª Ana Maria Rodrigues Malho, Diretora do Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

11. Relatório de Execução e Plano de Calendarização de Janeiro a março de 2023

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento Relatório de Execução e Plano de Calendarização de janeiro a março de 2023.

Intervenção do Presidente da Câmara

Saudou a apresentação trimestral do relatório, para que os deputados possam acompanhar o trabalho “*excepcional, que eu quero agradecer*” da Divisão de Apoio às Freguesias. Acrescentou que os técnicos da Câmara Municipal estavam a apoiar duas coletividades no licenciamento do Centro Cívico do Carvalho e da Associação Cultural de Vilarinho.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Propôs, atendendo aos propósitos, a discussão conjunta dos *Pontos 12, 13 e 14*.

Intervenção do Deputado Francisco Campos (PSD) (áudio 23:30 a 24:21 minutos - 5ª gravação)

Abordou o *Ponto 14*, relativo aos Espaços Cidadão, dizendo que a União de Freguesias de Coimbra encetou o processo com a AMA, por desconhecer o apoio do, então, Gabinete de Apoio às Freguesias e, por isso, felicitou, agora, a Câmara e a intervenção da Divisão de Apoio às Freguesias.

12. Autos de Transferências de Competências nas Freguesias/União das Freguesias – Atualização do valor de referência relativo à limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros

Deliberação nº 19/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar ao abrigo do artigo 38.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, e conforme os artigos 2.º, 5.º e n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de Abril, na sua redação actual, o aditamento aos Autos de Transferência, conforme minuta, com efeitos a 1 janeiro de 2023

Deliberação tomaria em minuta para efeitos imediatos.

13. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para 2023 a 2025 nas Freguesias/União de Freguesias, em matéria de Proteção Civil – Minuta do Contrato

Deliberação n.º 20/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar a transferência dos seguintes valores para as Freguesias/União das Freguesias, mediante a celebração de contrato interadministrativo:

Freguesias/União de Freguesias	Tipo de Estrato	Áreas em ha	valor/ha	Valor Parcial	Valor total
Brasfemes	Herbáceo	3,54	1.060,00 €	3.752,40 €	15.216,30 €
	Arbóreo	7,05	1.590,00 €	11.209,50 €	
	arbustivo	0,24	1.060,00 €	254,40 €	
São Silvestre	Herbáceo	1,42	1 060,00 €	1 505,20 €	2 427,40 €
	Arbóreo	0,58	1 590,00 €	922,20 €	
Torres do Mondego	Herbáceo	1,59	1 060,00 €	1 685,40 €	24 390,60 €
	Arbóreo	14,28	1 590,00 €	22 705,20 €	
S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Herbáceo	0,24	1 060,00 €	254,40 €	6 026,10 €
	Arbóreo	3,63	1 590,00 €	5 771,70 €	
Souselas e Botão	Herbáceo	9,08	1 060,00 €	9 624,80 €	34 338,70 €
	Arbóreo	15,37	1 590,00 €	24 438,30 €	
	arbustivo	0,26	1 060,00 €	275,60 €	
Total		57,28			82 399,10 €

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

14. Processo de Instalação e Funcionamento de Espaços Cidadão – Apoio à União das Freguesias de São Martinho de Árvore e Lamarosa – Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 21/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar, no âmbito do Processo de Instalação e Funcionamento de Espaços Cidadão, a transferência do valor de 1.409,75€ para a União das Freguesias de São Martinho de Árvore e Lamarosa, mediante a celebração de contrato interadministrativo.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

15. Feira Popular – União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Intervenção do Deputado Ramiro Simões (PS) (áudio 26:03 a 24:21 minutos - 5ª gravação)

Remeteu para a sua intervenção na Assembleia, há cerca de um ano, quando solicitou ao Presidente da Câmara que apoiasse com a compra da bilheteira, facultando as entradas gratuitas a todos que a visitassem, à semelhança do que tinham feito os executivos anteriores. Explicou que para a isenção de taxas municipais e outros apoios logísticos, à União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, a Câmara Municipal respondeu positivamente. Quanto à manutenção do apoio financeiro direto de cerca de 51.000 euros, cujo destino seria o de compensar a União de Freguesias pela gratuidade das entradas, a Câmara recusou este apoio financeiro direto à organização da Feira Popular de Coimbra.

Observou que a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, posteriormente, decidiu que as entradas fossem gratuitas, contrariando a versão trazida a Assembleia pelo Presidente José Simão. Acrescentou que o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, a 28 de setembro do ano passado, afirmou que cerca de 300 mil pessoas passaram pelo recinto e que esperava o retorno desta compensação oferecida a Coimbra. Resultando num deficit de 47.546,21 €, que subtraíram ao benefício de que necessitam os fregueses da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas.

Questionou se caso existisse receita de bilheteira, o saldo teria sido diferente, outros valores de receita e provavelmente de despesa, de forma a equilibrar as contas. Afirmou a necessidade de intervir para a solução de equilíbrio de contas públicas, não num papel fiscalizador, mas num papel equilibrador e conciliador.

Criticou o apoio financeiro retroativo, passado quase um ano sobre o evento, abrindo um precedente que será reivindicado por quaisquer outras juntas de freguesia, para suprir a negatividade de contas que apresentem com a realização dos seus eventos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Afirmou que um relatório da Junta de Freguesia com poucas informações contabilísticas prestadas, dará sempre origem à dúvida de como se chegou a esse valor de défice e sugeriu os contratos Interadministrativos, que definem regras e condições para as partes.

Reconheceu o bom trabalho na estabilização dos muros da Ladeira da Rainha Santa e apelou a que fossem concluídos no tempo exigido, para que pudessem contemplar a cidade.

Lembrou, remetendo à assinatura de autos de consignação de fases de obras propostas e iniciadas pelo executivo antecessor, que o atual executivo deveria ter algumas e novas propostas a iniciar trabalhos, de modo que o seu sucessor possa também ter oportunidade de dar continuidade a essas execuções.

Intervenção do Deputado José Simão (PSD) [\(áudio 23:30 a 24:21 minutos - 5ª gravação\)](#)

Afirmou que quem estaria prejudicado com a bilheteira era a própria população que teria de pagar entrada para usufruir da Feira Popular. Remeteu para a ata da reunião de Câmara e sendo que a freguesia tinha sido chamada a apresentar contas certificadas, apresentou o relatório à vereadora Carina Gomes.

Intervenção do Deputado Jorge Mendes (CDU) [\(áudio 34:30 a 24:21 minutos - 5ª gravação\)](#)

Referiu que o apoio às freguesias da cidade é importante e lembrou que todas as freguesias dispõem de momentos culturais que precisam de muito apoio da Câmara.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 50:30 a 50:53 minutos - 5ª gravação\)](#)

Antecipou a declaração de voto e afirmou que o PS votaria contra, na iminência da responsabilidade financeira que lhes poderia vir a ser imputada.

Intervenção do Presidente da Câmara

Avançou a discordância com a compra da bilheteira e reforçou a pertinência dos apoios aos eventos e iniciativas das freguesias. Face ao prejuízo apresentado nos relatórios de contas e ao pedido de apoio da freguesia de Santa Clara, a Câmara disponibilizou-se para ajudar.

Apoio Municipal 2023

Deliberação n.º 22/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por maioria de 27 votos a favor* (11- PSD; 5NC;5-CDU; 4- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH) e 23 abstenções (21-PS e 2-CpC), aprovar a atribuição dos apoios propostos, no valor total de 32.730,45€ (trinta e dois mil, setecentos e trinta euros e quarenta e cinco cêntimos) com base no parecer do Gabinete de Grandes Eventos quanto ao relevante interesse municipal que se transcreve: “(...) Saliente-se a relevância do evento já com tradição naquela freguesia e a importância [Sic] que tem para a mesma, traduzindo-se assim num evento de manifesto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

interesse Municipal.”

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Atribuição de apoio financeiro compensatório 2022

Deliberação n.º 23/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por maioria* de 29 votos a favor (2-PS; 11- PSD; 5- NC;5- CDU; 4- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH), 18 votos contra (18-PS) e 3 abstenções (2-CpC e 1- PS),aprovar a concessão do apoio financeiro compensatório à União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas para fazer face às despesas tidas com a Feira Popular 2022, no valor de 15.000,00 €, valor este já devidamente cabimentado e registado em fundos disponíveis e que se cifra em menos de 1/3 do défice confirmado.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de Voto do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) ([áudio 43:44 a 44:08 minutos - 5.ª gravação](#))

Justificou o voto favorável da CDU nas afirmações do Presidente da Câmara de tratamento paritário e de equidade com todas as iniciativas semelhantes das freguesias do concelho.

16. Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição 2022

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição 2022.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) ([áudio 44:30 a 46:27 minutos - 5.ª gravação](#))

Considerou que a intervenção antecedente do Presidente da Câmara era “*de um total desrespeito*”, o que o impeliu à presente intervenção.

Contestou a afirmação do Presidente de que quem definia os tempos de esclarecimento é o Executivo, fundamentando com o artigo 4.º do Estatuto dos Titulares de Direito de Oposição.

Salientou que a Assembleia questionou repetidamente os contornos do protocolo apresentado no âmbito dos *Coldplay* e que a resposta era “*a seu tempo se verá*” - “*não cumpriu de facto o que está no Estatuto*”.

Recomendou, em nome do CpC, que a intervenção do Presidente da Câmara e a presente intervenção constassem no relatório de avaliação do grau de observância do direito de oposição de 2023.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Campos (PSD) [\(áudio 46:46 a 47:27 minutos - 5ª gravação\)](#)

Esclareceu que a documentação relativa aos concertos dos Coldplay surgia à medida que estava pronta para ser apresentada.

Intervenção do Presidente da Câmara

Remeteu para a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos que determina que os documentos só têm de ser entregues, depois do processo encerrado.

Lembrou que o processo tinha vindo à Assembleia quando estava pronto para ser aprovado na Câmara Municipal, pelo que não traria à discussão um documento que ainda não tinha sido aprovado pelo Executivo.

17. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 50:30 a 50:53 minutos - 5ª gravação\)](#)

Questionou se o documento apresentado tinha sido sujeito a deliberação da Câmara Municipal ou, pelo contrário estava em causa um documento diferente que ainda não tinha sido presente ao Órgão Executivo.

Intervenção do Presidente da Câmara

Esclareceu que tinha sido assumido na reunião de Câmara o aditamento de sugestões apresentadas pela oposição, que seriam incluídas no documento a trazer à Assembleia.

Referiu que se a Assembleia não quisesse votar o documento este voltava à reunião de câmara e depois regressava à Assembleia, sem objeções. Alertou, no entanto, que o documento tinha sido aprovado no pressuposto do acolhimento das sugestões do PS.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Afirmou que o documento tinha sido distribuído pelos deputados na sua versão alterada com o acrescento das sugestões.

Intervenção do Deputado Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 52:00 a 53:22 minutos - 5ª gravação\)](#)

Instou que o documento fosse apreciado pelo Órgão executivo para que os Vereadores se pudessem pronunciar quanto à nova versão.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Reconheceu que se existiam objeções levantadas por um grupo político quanto a votação e se o Presidente da Câmara concordava, o documento voltava à Câmara para, mais tarde, retornar à Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Retirado da Ordem de Trabalhos

18. Projecto final de Regulamento Municipal #CoimbraCityLab

Deliberação n° 24/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar o Projecto de Regulamento Municipal #CoimbraCityLab.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

19. Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago – Proposta de adesão

Deliberação n° 25/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar a adesão do Município de Coimbra à condição de associado da Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago, mediante o pagamento de uma quota anual no valor de 500€.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

20. Proposta de procedimentos relativos à Edição de 2023 do Prémio Municipal de Arquitetura Diogo de Castilho

Deliberação n° 26/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, designar o arquiteto António Monteiro, membro do júri do concurso, representante da Assembleia Municipal.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

21. Eleição de Representantes da Assembleia Municipal na CPCJ Coimbra

Deliberação n° 27/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, designar Luís Silva e Ana Catarina Oliveira, como representantes da Assembleia Municipal na CPCJ- Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Câmara

Esclareceu a questão do Plano de Prevenção, lendo o paragrafo da deliberação, que incluía a informação:” *irão avançar com o plano hoje proposto sem prejuízo das sugestões apresentadas virem a ser incluídas, se possível ainda antes da Assembleia Municipal se não numa fase posterior para que o documento seja enriquecido com o que foi referido* “.

Afirmou que tinha sido assumido com transparência, mas uma vez que a Assembleia preferia adiar agendar-se-ia para a próxima sessão.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Disse que, por estar certo desse compromisso, tinha distribuído a segunda versão do documento.

22. Eleição de um representante das Freguesias/Uniões de Freguesias do Concelho para integrar o Conselho Estratégico Municipal para o Desenvolvimento de Coimbra

Deliberação nº 28/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou designar o Presidente de Junta de Freguesia de Trouxemil e Torre de Vilela, Horácio Costa, como membro do Conselho Estratégico Municipal para o Desenvolvimento de Coimbra. Com o seguinte resultado apurado: 25 Votos- Horácio Costa; 22 Votos – Rui Soares; 2- Votos em Branco e 1- Voto Nulo.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações em minuta e sendo 20 horas, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão.